

A influência dos indicadores sócio-econômicos na gestão municipal para o desenvolvimento local*

Jefferson Marcel Gross Mendes¹
Denis Alcides Rezende²

RESUMO

A condução ao crescimento econômico local exige uma planificação orientada e participativa, onde na esfera governamental a avaliação de benefícios e da eficiência alocativa, traduz a dicotomia existente entre as decisões de prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo. Neste ambiente, a questão a ser respondida é se os gestores consideram os indicadores sócio-econômicos como variáveis significativas para a formulação das estratégias municipais. Neste sentido, o objetivo é analisar se a gestão municipal considera a influência dos indicadores sócio-econômicos no processo da gestão das finanças municipais, na busca pelo crescimento local e regional. Desta forma, estabeleceu-se um estudo de caso, uma vez que objetiva investigar por meio de pesquisa documental e entrevistas sistemáticas, as decisões e ações dos gestores municipais, no que se refere à equidade social, monitoramento de políticas, crescimento local e existência de correlação entre os indicadores. O apoio para este método foi por meio de análise documental dos indicadores sócio-econômicos relacionados à geração de renda, população, educação, saneamento e finanças municipais. Com o cruzamento entre a avaliação dos indicadores e as respostas do questionário, percebeu-se que, para formulação de políticas públicas, se observa pouco tal correlação. No entanto, a pesquisa foi realizada em apenas um município paranaense, não sendo possível generalizar tal comportamento. Limitações relacionadas ao acesso de documentos e no contato com os gestores foram identificadas. Entretanto, não inviabilizam a contribuição para a academia, pois a metodologia de pesquisa pode ser aplicada a outros municípios. Para os municípios, a contribuição se justifica na proposta de uma estratégia alternativa para formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; indicadores sócio-econômicos; estratégia; políticas públicas.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

¹ Economista. Mestrando em Gestão Urbana – PPGTU - PUCPR. Bolsista CAPES. Professor da graduação das Faculdades Santa Cruz – Inove. jgross@terra.com.br

² Administrador. Pós-doutor em administração – USP. Professor e pesquisador do mestrado em Gestão Urbana – PPGTU – PUCPR e da graduação da FAE *Business School*. denis.rezende@pucpr.br

A influência dos indicadores sócio-econômicos na gestão municipal para o desenvolvimento local

Jefferson Marcel Gross Mendes¹
Denis Alcides Rezende²

1. INTRODUÇÃO

A condução à gestão municipal exige uma planificação orientada, onde a avaliação dos benefícios, da utilidade e da efetividade alocativa, traduz a dicotomia existente nos processos decisórios entre as prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo.

A gestão municipal se refere ao atendimento concreto das necessidades coletivas, pelas pessoas jurídicas do setor público, pelos seus agentes e órgãos, considerando a argumentação de Pietro (1997) sobre administração pública no sentido objetivo. A construção desta argumentação parte do princípio de que a gestão municipal está no campo da administração pública direta, onde a causalidade (causa e efeito) tem como base o modelo de expectativas racionais e o equilíbrio de mercado.

Em contexto de equilíbrio de mercado, o indivíduo gostaria de satisfazer suas necessidades, de forma competitiva, em um ambiente de livre mercado (*laissez-faire*), não desejando que haja qualquer tipo intervenção ou regulamentação que afete suas forças produtivas e de consumo, inibindo sua criatividade e o equilíbrio natural do mercado (SMITH, 1996).

Este raciocínio desconsidera uma diversidade de variáveis presentes em um cenário real, onde a alocação dos fatores de produção, a produção, a distribuição dos produtos e o consumo se dão de forma imperfeita, resultando em um crescimento econômico irregular, heterogêneo e não uniformemente distribuído. Portanto, existem pessoas menos favorecidas, sem acesso à informação ou sem acesso aos instrumentos de troca que estariam à margem do processo econômico e social (SEN, 2000), ou seja, não seriam relevantes no fluxo circular de renda.

No entanto, há regulação governamental, a qual o indivíduo deve obedecer para satisfazer suas necessidades, que somadas a de outros indivíduos, pode resultar em crescimento econômico. Este cenário pode ser demonstrado por meio de indicadores sócio-econômicos e de finanças públicas, cuja mitigação de tais imperfeições, também chamadas falhas de mercado, justifica a intervenção do Estado. A abrangência destes indicadores contempla o município de Almirante Tamandaré, estado do Paraná, originando um estudo de caso piloto.

Sob o conceito das expectativas racionais, as ações de médio e longo prazo derivadas dos processos decisórios dos *stakeholders* (atores institucionais) e cidadãos, orientam-se pelas decisões técnicas ou políticas governamentais que podem afetar os níveis de utilização dos fatores de produção, de consumo e de bem estar social.

Neste sentido, a gestão municipal vem efetuando uma série de transformações em sua estrutura e em seus sistemas, utilizando-se de ferramentas da administração, na tentativa de introdu-

¹ Economista. Mestrando em Gestão Urbana – PPGTU - PUCPR. Bolsista CAPES. Professor da graduação das Faculdades Santa Cruz – Inove. jgross@terra.com.br.

² Administrador. Pós-doutor em administração – USP. Professor e pesquisador do mestrado em Gestão Urbana – PPGTU – PUCPR e da graduação da FAE *Business School*. denis.rezende@pucpr.br

zir eventos propulsores e efeitos de difusão nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais e nas estruturas de mercado, para atender tais expectativas.

Sob este contexto, os indicadores de finanças municipais, derivados das ações técnicas e/ou políticas municipais, influenciam os indicadores de crescimento econômico? Esta questão estabelece o objetivo deste trabalho como sendo analisar a influência dos indicadores de crescimento econômico local e de finanças municipais na formulação no planejamento da gestão municipal.

Sobre o aspecto local, considera-se que é constituído por uma superfície contínua, contendo elementos antrópicos e naturais definidos, possuindo fronteiras comuns com outros locais (RICHARDSON, 1975; SCHWARTZMAN, 1977; CLEMENTE; HIGACHI, 2000). Da mesma forma, considera-se que as finanças municipais estão relacionadas com as receitas e despesas municipais (MUSGRAVE, 1974; LONGO; TROSTER, 1993; FILELLINI, 1989; RIANI, 1997; GIAMBIAGI, 2000; REZENDE, 2001).

Sob estas premissas, o município possui a característica de atender além das decisões econômicas racionais, necessidades sociais e políticas (REZENDE; CASTOR, 2006). Estas necessidades geram discussões que são estabelecidas em arenas políticas, influenciando no planejamento das estratégias econômicas, políticas e sociais, com o objetivo de operacionalizar as propostas politicamente discutidas (CARVALHO, 2001; FREY, 2004).

Tais comportamentos teriam que ser compatíveis com a filosofia política do país e do município, com definição das diretrizes e dos objetivos a serem alcançados durante o processo de crescimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para perceber desigualdades econômicas, é necessário medir a produção de riquezas (PIB) por uma sociedade. Quando o aumento desta produção de riquezas permite que a renda *per capita* se eleve de forma contínua e persistente, ocorre um processo de crescimento econômico (PINHO; VASCONCELOS, 2003, p. 406; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005).

Neste sentido, o crescimento econômico está vinculado ao aspecto quantitativo por meio da assimilação ou acréscimo, sendo percebido ao utilizar séries temporais, onde as variáveis são comparadas anualmente (DALY, 2004; RIOS; SIERRA; 2005). O crescimento econômico sob a ótica do modelo neoclássico de Solow considera uma economia desenvolvida, em um ambiente de concorrência perfeita, população constante e ocupação plena dos fatores de produção (RÍOS; SIERRA; 2005, p. 9), cujas fontes do crescimento são o estoque de capital, o trabalho e a tecnologia. Juntamente com este modelo, variáveis endógenas também podem ser percebidas, tais como: conhecimento, transferência de tecnologia e inovação (RÍOS; SIERRA; 2005).

Este contexto leva em consideração a observação dos aspectos endógenos ao município. Efeitos residuais também são considerados, pois as atitudes de determinadas pessoas influenciam na decisão de outras, mesmo não tendo relação direta entre elas. Neste sentido, as relações se tornam complexas e difíceis de serem identificadas, onde a problemática de como se chegar a decisões que atendam melhor aos anseios da população deve levar em conta as relações entre a sociedade e a estrutura de poder vigente (RATTNER, 1979, p. 12).

Outro aspecto a ser abordado é a internalização regional do capital, ou seja, a importância do poder de reinvestimento dentro da própria região. Isto dependerá das oportunidades de crescimento econômico que a região poderá oferecer e da forma de apropriação e do uso do excedente que será criado. Esta abordagem sugere que a relação com a sociedade está na ativação social, pois age não como ente passivo, mas sim como um ator social do processo do plane-

jamento. A resultante seria uma transformação dos aspectos administrativos, políticos, sociais e econômicos da região (BOISIER, 1980; BOISIER, 1992).

Na medida em que os efeitos dessa transformação sejam concentrados regionalmente, as atividades econômicas podem proporcionar um crescimento que estará condicionado ao nível e qualidade dos efeitos iniciais (SCHWARTZMAN, 1977). Adicionalmente, existe a necessidade de uma maior interação entre as classes políticas (BOISIER, 1973). Da mesma forma, pela ótica macroeconômica, pressupõe-se que há interesse social e político no crescimento e posterior desenvolvimento territorial (BOISIER, 1980; BOISIER, 1992).

Desta forma, as cidades e/ou regiões passam a ser novos atores na competição por capital, tecnologia e mercados. Isso acaba por refletir no aproveitamento de seus recursos naturais, políticos e intelectuais, aumentando sua competitividade, concomitante com os interesses de crescimento regional, esperando-se que toda sua potencialidade seja utilizada para incrementar o inter-relacionamento com outras regiões (WESSELS, 1998; FROYEN, 2001; FEIJÓ, 2001; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; MANKIW, 2005, 3003; CLEMENTE; HIGACHI, 2000; PINDYCK; RUBINFELD, 2005; REZENDE; CASTOR, 2006).

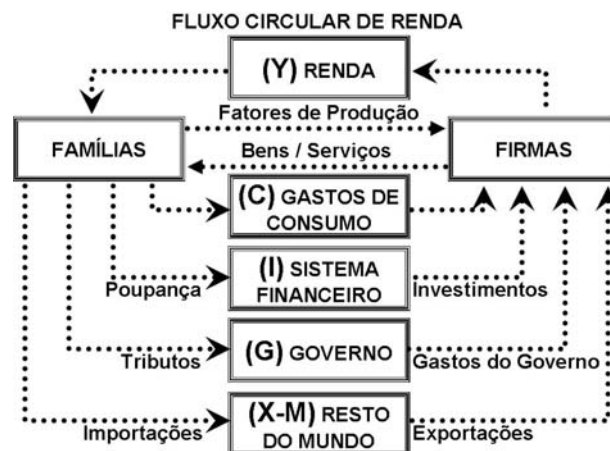
2.1. Crescimento econômico

Tratar do crescimento econômico significa considerar e organizar um conjunto de variáveis e medidas relativas aos aspectos econômicos. O indicador que mensura o crescimento econômico, sob o aspecto quantitativo, de um determinado país ou região, definido territorialmente, por um determinado período de tempo, usualmente de um ano, é o Produto Interno Bruto. O objetivo é mensurar o valor da produção de bens e serviços finais de forma agregada e avaliado a preço de mercado, utilizando-se de três métodos independentes (produto final, renda agregada e despesa agregada), onde os valores resultantes devem ser iguais conforme a seguinte identidade (WESSELS, 1998; FROYEN, 2001; FEIJÓ, 2001; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; MANKIW, 2005):

$$\text{PIB} \equiv Y \equiv DA$$

Esta identidade decorre das possíveis destinações da produção agregada, cujas relações podem ser entendidas com base no fluxo circular da renda (Figura 1).

Figura 1 – Fluxo circular de renda



Fonte: elaboração do autor com base em Wessels (1998); Froyen (2001); FEIJÓ (2001); Pinho e Vasconcellos (2003); Mankiw (2005).

Observando a Figura 1, parte da renda recebida pelas famílias é gasta com gastos de consumo (C). Outra é armazenada no sistema financeiro em forma de poupança agregada (S), que por sua vez será destinada ao investimento (I). Outra parte é destinada ao pagamento de tributos para sustentar os gastos do governo (G). Finalmente, outra parte é destinada para a transação do comércio internacional resultando em um saldo na balança comercial (X-M) (WESSELS, 1998; FROYEN, 2001; FEIJÓ, 2001; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; MANKIW, 2005).

Por conveniência, o PIB pode ser desmembrado em primário, secundário e terciário. O setor primário é composto por um conjunto de atividades econômicas que exploram recursos naturais renováveis e não renováveis, com o objetivo de obter matérias-primas. O setor secundário é responsável pela transformação ou manufatura dos produtos fornecidos pelo setor primário em bens de consumo, de capital e intermediário. O setor terciário envolve as atividades relacionadas com serviços, desde a distribuição, comercialização até serviços públicos. Em economias desenvolvidas, este setor é o mais representativo, pois requer trabalho qualificado e diversificado. Neste caso, a medição da atividade é feita a custo de fatores e computam os valores relacionados à distribuição e comercialização dos produtos (WESSELS, 1998; FROYEN, 2001; FEIJÓ, 2001; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; MANKIW, 2005).

Já o PIB *per capita* se refere à distribuição do montante da riqueza produzida por uma determinada economia em um ano e dividida pelo número da população residente no mesmo período. Apesar de ser um método eficiente de identificar a potencialidade de um país, por si só, não é condição suficiente para tal, pois sendo um derivado do PIB, mede apenas o aspecto quantitativo (WESSELS, 1998; FROYEN, 2001; FEIJÓ, 2001; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; MANKIW, 2005).

2.2. Finanças municipais

As falhas de mercado são fenômenos que impedem que a economia atinja o estágio de *welfare economics* (estado de bem estar social por meio do livre mercado). Em outras palavras, impedem que se alcance a eficiência de Pareto, a qual se refere à condição onde os recursos escassos (renováveis, não renováveis e fatores de produção) são utilizados pelas firmas para maximizar a eficiência do mercado, de forma que qualquer indivíduo ao consumir bens e serviços, não possa melhorar sua posição sem prejudicar outro, sem interferência do governo (MUSGRAVE, 1974; LONGO; TROSTER, 1993; FILELLINI, 1989; RIANI, 1997; GIAMBIAGI, 2000; REZENDE, 2001; PINDICK; RUBINFELD, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003).

Sob esta ótica, a teoria das finanças públicas justifica a intervenção do governo na economia, por intermédio das funções alocativa, distributiva, estabilizadora e reguladora, com o objetivo de minimizar os efeitos das falhas inerentes ao sistema de mercado (MUSGRAVE, 1974; LONGO; TROSTER, 1993; FILELLINI, 1989; RIANI, 1997; GIAMBIAGI, 2000; REZENDE, 2001).

No setor público, decisões devem atender as necessidades da comunidade, independentemente do retorno financeiro do projeto, observando suas mutações e sua função social. Assim, a tomada de decisões em cada uma dessas esferas, necessita da avaliação de variáveis que identifiquem os objetivos da gestão, onde os gestores devem estar cientes das leis e das causalidades que regem a situação a ser planejada (HILHORST, 1973; BRITO, 2003; MACGUIGAN; MOYER; HARRIS, 2004; REZENDE; CASTOR, 2006).

A não observação dos canais formais ou a falha na identificação das variáveis em cada uma das esferas, estabelecem limitações que podem acarretar na rejeição completa do projeto.

Pode também fornecer dados falsos quanto à execução, o que geraria danos econômicos irreversíveis ao ambiente onde o projeto vai ser executado. Desta forma, um projeto está inserido em um sistema, onde um controle da qualidade é necessário em cada subfase, envolvendo sempre o cliente e o cidadão, fazendo sua validação formal de cada resultado alcançado (PMBOK, 2000; MARICATO, 2001; MENEZES, 2003; REZENDE; CASTOR, 2006).

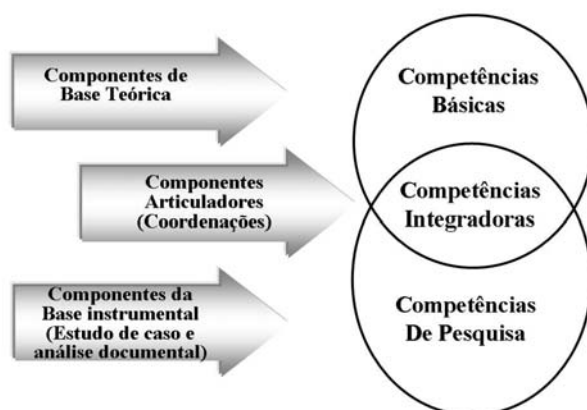
Neste contexto, a necessidade de profissionalização da gestão pública, para atender as funções relativas ao Estado, estabelece uma relação de aproveitamento das práticas de gestão do mercado privado, considerando a população como cliente e cidadã. Primeiro porque a partir da Constituição Federal de 1988, a postura adotada pela doutrina é de caráter liberal, onde o papel do Estado tende a ser mínimo no setor privado e em segundo, porque os conceitos em relação à administração estratégica do setor privado evoluem mais rapidamente, devido ao mundo competitivo e as necessidades de sobrevivência das firmas (MENEZES, 2003).

Estas argumentações entendidas na esfera municipal estão ancoradas no artigo 49 da Constituição Federal de 1988 (CF88), que trata da autonomia municipal e nos artigos 182 e 183, definem as competências municipais. Sobre a consecução das funções públicas, se observa os limites impostos pela Lei complementar 101 de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (CÂMARA, 2000), regula o art. 163 da CF88. Esta lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e abrange a União, Estados e Municípios, seus Poderes e suas entidades da Administração indireta excluída as firmas que não dependem do Tesouro do ente ao qual se vinculam.

2.3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo de indicadores sócio-econômicos e finanças municipais estabelecem os dois construtos, pois selecionam os tipos específicos estudados, sustentados por variáveis selecionadas. Estes construtos estabelecem fenômenos contemporâneos, cuja utilização de múltiplas fontes justifica a utilização do método estudo de caso (GIL, 2000; YIN, 2005). A definição das fases a serem trabalhadas para a contemplação do objetivo proposto baseou-se em observações analíticas e na escolha das fontes de dados e os procedimentos de coleta dos mesmos (GIL, 2000; SILVA; MENEZES, 2001; SANTOS, 2004), sugere as classificações a seguir.

Figura 2 - Integração das fases de pesquisa



Fonte: Elaboração do autor

A Figura 2 resume o procedimento pretendido resulta em uma integração das fases da pesquisa, correlacionando os componentes da base teórica (competências básicas), pois se trata de pesquisa bibliográfica. Os componentes da base instrumental (competências de pesquisa) visam coletar, interpretar e analisar os dados. Finalmente, os componentes articuladores (competências integradoras) visam dar consistência e resultado à pesquisa.

Em função do tamanho da amostra, é possível fazer uma generalização dos resultados, com base nos dados empíricos coletados. A amostra do estudo de caso pretendido foi definida em função dos elementos que o pesquisador tenha acesso, ou seja, utiliza-se acessibilidade por conveniência (ROESCH, 1999, p. 118; GIL, 2000, p. 111; YIN, 2004, p. 19). Embora o estudo de caso único seja adequado para situações onde seja decisivo, extremo ou revelador da teoria pesquisada, pretende-se pesquisar três municípios da RMC, tendo como recorte analítico indicadores sócio-econômicos e de finanças públicas, compreendidos entre 1997 e 2004 (YIN, 2004).

O município foi selecionado por conveniência e pela facilidade de acesso ao gestor municipal responsável pelo planejamento urbano. Como unidade de observação, optou-se por escolher o diretor de planejamento urbano, cuja interação se deu por meio de entrevista, utilizando-se de questionário com perguntas abertas (ROESCH, 1999; GIL, 2000; YIN, 2004). O objetivo destas perguntas foi verificar como o gestor considera os indicadores econômicos e de finanças municipais na formulação de suas políticas públicas (YIN, 1994).

3. ANÁLISE MUNICIPAL

O município de Almirante Tamandaré tem sua origem na exploração do ouro. Com o esgotamento das jazidas, a região passou a servir como ponto de descanso, pousada e de provisões. Somente em 10/10/1947 o município passou a ter a denominação atual (PMAT; FGV, 2006).

A área do município é de 191,114 km², sua distância da capital é de aproximadamente 15 km e situa-se no primeiro planalto paranaense, fazendo parte do núcleo central metropolitano da RMC. Sobre o modal aéreo, sua distância é de 11 km do aeroporto regional do Bacacheri e de 30 km do aeroporto internacional Affonso Pena. Dista-se também a 108 km do porto de Paranaguá e possui malhas rodoviária e ferroviária (PMAT; FGV, 2006; IPARDES, 2008a).

A principal relação sócio-econômica do município é estabelecida com Curitiba, pois aproximadamente 53% (PMAT; FGV, 2006) da população daquele município trabalha nesta cidade, caracterizando-o como cidade dormitório (PMAT; FGV, 2006).

A principal atividade econômica do município é a indústria da cal, em função de sua reserva de calcário dolomítico, fazendo parte do Arranjo Produtivo da Cal e do Calcário (APCC). O APCC é constituído pelos municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Campo Largo, representando 40% do PIB mineral do Estado (PMAT; FGV, 2006).

O turismo também representa importante atividade de integração com os municípios da RMC (PMAT; FGV, 2006). O que se percebe é que, apesar da importância das atividades expostas, a economia do município ainda é incipiente, sendo necessário identificar outras oportunidades para que seja possível um programa de atração de investimentos, com o objetivo de gerar renda e trabalho para sua população (PMAT; FGV, 2006).

3.1. Crescimento econômico

Até a confecção deste trabalho, o IPARDES (2008a), IBGE (2008) e o Instituto ORBIS (2008) disponibilizaram os valores do PIB municipal a valores correntes até o ano de 2005.

Optou-se por iniciar a análise no ano de 1997, terminando no ano de 2004. Este recorte temporal não invalida os estudos que relaciona este indicador com o crescimento econômico e com os processos de gestão das finanças municipais.

A análise do PIB no período considerado indicou uma evolução generalizada no PIB municipal de todos os 26 municípios integrantes da RMC. Porém, este cenário não se configura com uma participação uniforme, pois em 1997 apenas três municípios, Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais, foram responsáveis pela geração de 82,68% do PIB da RMC. Em 2004 os três municípios mantêm praticamente a mesma participação, contribuindo com 82,56% da geração do PIB da RMC. Entretanto, houve evolução dos municípios de Araucária e São José dos Pinhais e redução da participação de Curitiba (IPARDES, 2008a).

Estabelecido o cenário de participação dos municípios líderes, foram observados os indicadores de crescimento econômico relacionados ao município de Almirante Tamandaré. A evolução do PIB municipal de Almirante Tamandaré, observou-se um comportamento irregular, com os seguintes valores em relação ao ano imediatamente anterior: 1998 cresceu 10,54%; 1999 decresceu -1,38%; 2000 cresceu 6,74%; 2001 cresceu 19,44%; 2002 cresceu 27,35%; 2003 cresceu 8,98% e em 2004 cresceu apenas 1,44%. O crescimento bruto do município no período de 1997 a 2004 foi de 95,65% (IPARDES, 2008a).

Em 1997, o município participava com o trigésimo primeiro PIB a preços correntes no estado do Paraná. Já em 2005 sua participação caía para o trigésimo quinto maior PIB. Considerando a RMC, em 1997, assim como em 2005, participava com o sétimo maior PIB regional (IPARDES, 2008a).

Por outro lado, em 1997 o município participava com 1,25% do PIB da RMC e em 2004, com 1,21%, representando um decréscimo de 0,04 pontos percentuais. Esta pequena variação representa aproximadamente R\$ 13.830.555,00 de redução na geração potencial de riquezas municipais, considerando se o percentual de participação no PIB da RMC em 1997 fosse mantido em 2004 (IPARDES, 2008a)..

Da mesma forma, em 1997, o setor agropecuário representava 2,99%, o setor industrial 47,12% e o setor de serviços 49,89%. Em 2004, o setor agropecuário representava 4,19% (aumento de 1,2 pontos percentuais), o setor industrial 49,87% (aumento de 2,75 pontos percentuais) e o setor de serviços 45,94% (redução de 3,95 pontos percentuais). (IPARDES, 2008a). Por estas avaliações percebe-se que a matriz de geração de riquezas do município não se modificou significativamente.

Apesar de o PIB a preços correntes de Almirante Tamandaré estar na sétima posição em relação aos municípios da RMC, seu PIB *per capita* era em 2000 R\$ 3.032,00 (proporção de 0,0011% em relação ao PIB) e estava em 2000 na vigésima primeira posição e em 2004 na vigésima terceira posição, com um PIB *per capita* de R\$ 4.359,00 (proporção de 0,0009% em relação ao PIB), conforme Anexo 01 (IPARDES, 2008a).

Em função da disponibilidade dos dados, utilizaram-se os valores da população em 2000, que era de 88.277 habitantes e em 2004 de 105.848, significando um crescimento de 28,67%. No mesmo período o PIB cresceu 68,15%, reduzindo assim o PIB *per capita* (IPARDES, 2008a).

Para verificar se houve equidade de crescimento no PIB *per capita*, fez-se um cruzamento entre o crescimento do PIB a valores correntes e a variação da população para os anos de 2000 a 2004. Portanto, para que o PIB *per capita* mantivesse a mesma proporção que em 2000 (0,0011%), o PIB teria que ter crescido em 96,67%, para R\$ 539.612.068,00 e o PIB *per capita* seria de R\$ 5.98,00. Isto significa que a geração de riquezas não acompanhou o crescimento da população (IPARDES, 2008a).

3.2. Finanças municipais

3.2.1. Receitas municipais

Os recursos financeiros municipais são necessários para que os órgãos governamentais executem suas funções. Sob esta argumentação, entre as diversas formas de captação, optou-se por considerar as receitas tributárias e transferências correntes, as receitas de capital e o FPM.

As receitas correntes municipais de Almirante Tamandaré, somaram no ano de 1997, R\$ 12.930.276,88, que somadas às receitas de capital resultam no valor de R\$ 13.718.117,40. Ao somar o valor de R\$ 3.514.589,73 (20,39% da receita total e 25,62% sobre as receitas correntes e de capital), proveniente do FPM, o total das receitas municipais resulta em R\$ 17.232.707,13 (IPARDES, 2008a).

As receitas tributárias no mesmo ano somaram R\$ 1.593.276,58. As transferências correntes somam R\$ 10.507.175,52, sendo R\$ 4.053.217,44 provenientes da União e 6.453.958,08 provenientes do Estado. Da mesma forma, as receitas correntes municipais de Almirante Tamandaré, somaram no ano de 2004, R\$ 42.041.651,57, que somadas às receitas de capital resultam no valor de R\$ 42.605.942,70. Ao se considerar o valor de R\$ 10.269.066,15 (19,42% da receita total), proveniente do FPM, o total das receitas municipais resulta em R\$ 52.875.008,85 (IPARDES, 2008a).

As receitas tributárias no mesmo ano somaram R\$ 4.874.686,15. As receitas tributárias no mesmo ano somaram R\$ 1.593.276,58. As transferências correntes somam R\$ 34.314.683,10, sendo R\$ 16.842.754,26 provenientes da União e 8.312.081,38 provenientes do Estado (Apêndice 03) (IPARDES, 2008a).

A repartição do FPM entre os municípios da RMC, com especial atenção ao município de Almirante Tamandaré, que em 2005 quase um quinto (22,38%) da receita total provém desta fonte. Em 1997 esta relação era de 20,39%, caindo em 1998 para 17,53%, em 1999 para 18,32%, em 2000 para 18,88%, em 2001 para 19,94%, em 2002 para 22,22%, em 2003 para 22,36% e em 2004 para 19,42% (IPARDES, 2008a).

Por outro lado, se observa que o FPM vem aumentando anualmente seu percentual em relação ao PIB do município de Almirante Tamandaré. Isto se dá ao fato de que o FPM tem origem federal, cujas receitas têm aumentado de forma significativa após a promulgação da CF88. Em 1997, a relação entre o FPM e o PIB municipal era 1,49% e em 1998 era 1,45% (IPARDES, 2008a).

Em 1999 a relação entre o FPM e o PIB municipal era 1,74%, em 2000 era 1,89%, em 2001 era 1,97%, em 2002 era 2,06%, em 2003 era 2,01% e em 2004 era 2,23%. Em 2005 não foi possível verificar a relação entre o FPM e o PIB municipal por falta de divulgação do PIB naquele ano (IPARDES, 2008a).

3.2.2. Despesas municipais

Sob o aspecto macroeconômico, as despesas agregadas das finanças municipais são avaliadas em valores agregados. Para uma análise mais apurada, é possível agrupar estes gastos em despesas por categoria e por função (RIANI, 1997). As despesas correntes – gastos com a máquina administrativa e com bens e serviços públicos - fazem parte do primeiro agrupamento e as despesas de capital - investimentos governamentais – como, por exemplo, obras públicas.

As Despesas por Função obedecem a uma classificação de forma agregada que reflete, segundo Riani (1997), as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis. Estas são divididas em Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Ha-

bitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência, Transporte, Legislativo, Agricultura, Defesa Nacional, Indústria, Comércio e Serviços, Trabalho e Outras.

Para a este trabalho, as despesas analisadas, em função da disponibilidade de dados foram: pessoal e encargos sociais; administração; saúde; educação; urbanismo e assistência social. Os anos escolhidos foram 2002 e 2005.

Em 1997, as despesas totais somaram R\$ 14.301.620,14 frente uma receita corrente de R\$ 13.718.117,4 mais FPM de R\$ 3.514.589,73, somando R\$ 17.232.707,13. Isto sugere em primeiro momento que existe superávit nas receitas, porém indica que o município é dependente do FPM para cobrir suas despesas (IPARDES, 2008a).

Em 2005, as despesas totais somaram R\$ 38.470.293,14 frente uma receita corrente de R\$ 42.126.343,07 mais FPM de R\$ 12.148.389,069, somando R\$ 54.274.732,76. Isto sugere em primeiro momento que existe superávit nas receitas, porém indica que o município é dependente do FPM para cobrir suas despesas (IPARDES, 2008a).

Em 2002, a despesa mais significativa foi com pessoal e encargos sociais, somando R\$ 15.327.467,26 e representando 51,66% da despesa total do município. No que diz respeito às despesas por função, a educação consumiu R\$ 10.951.622,32 (36,91%), a administração R\$ 5.254.886,13 (17,71%), a saúde R\$ 3.651.409,80 (12,31%), o urbanismo R\$ 3.531.639,09 (11,90%) e a assistência social R\$ 1.450.430,39 (4,89%) do total de despesas municipais (IPARDES, 2008a).

Em 2005, a despesa mais significativa foi com pessoal e encargos sociais, somando R\$ 18.749.168,91 e representando 48,74% da despesa total do município. No que diz respeito às despesas por função, a educação consumiu R\$ 15.860.339,86 (41,23%), a saúde R\$ 6.917.068,91 (17,98%), a administração R\$ 6.574.165,13 (17,09%), o urbanismo R\$ 4.446.649,77 (11,56%) e a assistência social R\$ 1.218.529,05 (3,17%) do total de despesas municipais (IPARDES, 2008a).

Apesar das limitações em relação aos dados disponibilizados pelo IparDES (2008), uma vez que as despesas por função foram lançadas a partir de 2002 até 2005, pode se perceber que os gastos com educação aumentaram em 4,32 pontos percentuais. Em 2002 os gastos com a administração superavam os gastos com saúde em 5,4 pontos percentuais em relação às despesas municipais. Já em 2005, a saúde passou a superar os gastos administrativos em 0,89 ponto percentual (IPARDES, 2008a).

3.3. Roteiro de entrevista

O roteiro de entrevista foi elaborado com perguntas abertas e aplicado ao o Diretor de Planejamento Urbano da prefeitura de Almirante Tamandaré. Este departamento funciona como um suporte para as outras secretarias, onde o objetivo geral é trabalhar com o Plano Diretor Municipal. Sua maior dificuldade está em montar uma equipe de profissionais capacitados, para atender as necessidades do município.

Para o diretor, a economia do município de Almirante Tamandaré, embora apresente resultados positivos e significativos na maioria de seus indicadores durante os períodos analisados, ainda é incipiente. Sua justificativa se apóia no movimento pendular dos municípios em direção à Curitiba, isto é, a maioria da população trabalha, estuda e consome na cidade vizinha, pois considera o município como sendo dormitório. Este comportamento faz com que investimentos no município sejam tímidos, não permitindo um aquecimento da economia local, revelando carências na questão da qualificação profissional. Por sua vez, não permite um aumento expressivo nos postos de trabalho e nem na geração de renda.

Neste sentido, foram elaboradas sete questões abertas para identificar se há relação entre a gestão financeira do município e indicadores sócio-econômicos.

Como a gestão visualiza o cenário futuro de crescimento econômico do município?

As estratégias estão descritas no Plano Diretor Municipal (PDM), com definições de orientação de crescimento para o município.

Para a confecção do PDM, uma das primeiras ações para verificar o ambiente regional, foi uma visita de campo a diversas localidades consideradas como chave do município, tendo como integrantes da equipe, os secretários municipais.

A visita tinha como objetivo estabelecer um nivelamento em relação ao conhecimento endógeno do município (BOISIER, 1996), observando questões como: características geográficas (aqüífero e ondulação do terreno), ocupações irregulares (invasão Tanguá – morro da formiga) e a diversidade ecológica do município. Um ponto relevante para o município, é que 85% da área é formada pelo Carste e pela área de proteção ambiental (APA) do Passaúna, estabelecendo restrições ambientais para o crescimento sócio-econômico.

O diretor argumentou que, apesar de um cenário estrutural incipiente, existem potenciais econômicos no município. Citou as atividades ligadas à cal e calcário, que junto com Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, formam o Arranjo Produtivo da Cal e do Calcário (APCC), responsável por 40% do PIB mineral do Estado do Paraná. Embora desenvolvida, são necessárias outras atividades econômicas para o município.

Outra atividade que possui um grande potencial para o crescimento econômico, é o turismo rural que, embora já exista, necessita de uma reestruturação para realmente se tornar significativo para a economia local e colaborar para o crescimento econômico.

A gestão possui estrutura de busca de investimentos para o município? Estratégias? Para qual setor? Primário, secundário, terciário?

O setor primário pode ser caracterizado pela delimitação da área de zoneamento de expansão das atividades minerais a exemplo da APL da cal e calcário da RMC e necessidade de qualificação de mão-de-obra (M.O.). Existe ainda uma preocupação em relação às atividades agrícolas, pois representam ameaça à qualidade das águas de superfície e subterrânea, devido ao risco de poluição provocada por adubos e agrotóxicos, como é o caso da hortifruticultura em Almirante Tamandaré. Surge então a recomendação e incentivo de práticas de agricultura orgânica. Em 1997, representava 2,99% do PIB municipal e em 2004, 4,19% (aumento de 1,2 pontos percentuais).

O setor secundário caracteriza-se pela localização de empresas químicas que produzem cloro e álcalis, fertilizantes, inseticidas, produtos de limpeza e tintas, as quais, embora de pequeno porte, não são alvos de um controle de emissão de dejetos. Neste sentido existe a intenção em criar um condomínio industrial complementa o objetivo do município para geração de emprego, renda e aumento de repasse de ICMS. Sob o aspecto da fiscalização ambiental nada foi comentado. Em 1997, representava 47,12% do PIB municipal e em 2004, 49,87% (aumento de 2,75 pontos percentuais).

O setor terciário busca a incentivar consórcio turístico (ex.: o turismo rural necessita de uma reestruturação para realmente se tornar significativo para a economia local) por meio da melhoria do transporte municipal. Isto porque o sistema de transporte vigente está estruturado para levar as pessoas para Curitiba, não resultando na internalização dos gastos realizados por

aproximadamente 50% da população (47.000 pessoas) na economia local. Em 1997 representava 49,89% do PIB municipal e em 2004, 45,94% (redução de 3,95 pontos percentuais).

Quais os principais investimentos realizados pela gestão municipal? Como são realizados?

Centro cívico da Cachoeira é no momento o principal interesse de investimento, pois visa proporcionar serviços e aparelhos urbanos para atender a comunidade e o setor privado. No entanto, a capacidade de investimento do município é de 4% da receita municipal. Verificando os dados de finanças públicas de Almirante Tamandaré disponibilizados pelo IPARDES (2008a), verificou-se que os investimentos em 2005 foram aproximadamente de 5,45% (R\$ 939.052,93) das receitas municipais, sendo o menor percentual desde 1997. Os anos em que houve os maiores investimentos foram 2001, com 14,99% (R\$ 2.583.374,38) e em 2004, com 15,92% (R\$ 2.743.420,35).

Quais são as políticas de geração de empregos no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

Segundo o diretor, a parceria com a União, por meio de financiamento federal, se dá pelo programa primeiro emprego. Na esfera municipal, investimentos no ensino de primeiro grau favorecem na capacitação de novos trabalhadores.

Da mesma forma, se objetiva fazer um diagnóstico social vinculado ao cenário industrial. Neste aspecto, existe uma dificuldade na consecução deste trabalho devido à localização da população alvo da pesquisa. Existe também a elaboração de um projeto para capacitar as pessoas dos bairros, por meio de treinamento e qualificação em jardinagem, em gastronomia e em serviços gerais. A gastronomia tem especial interesse, pois visa incentivar o setor turístico do município.

Quais são os projetos para capacitação profissional no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

O problema ainda reside na busca de alternativas para qualificação de Mão-de-obra. Para isso, existe a Escola Estadual Pedro Piekas, com curso profissionalizante de ensino médio, por meio de parceria com a escola técnica da UFPR.

A FACOP em parceria com a FIESP fornece treinamento em asseio e limpeza pública, para atender a capacitação em serviços gerais.

Em função do APL da cal e do calcário, existe a intenção em instalar uma escola de qualificação, fruto de uma parceria entre município e SESI para qualificação profissional.

Para a qualificação dos servidores municipais, o diretor reconhece a necessidade de investimento em capacitação do pessoal.

Como políticas/diretrizes regionais influenciam negativamente ou positivamente nas suas políticas de crescimento. Políticas compensatórias. Há estrutura de controle de receitas correntes municipais? Como é feito?

Existem limitações impostas pelos planos diretores regionais no município, o que obriga o município de Almirante Tamandaré a se adaptar. Sobre esta questão, pouco se pode obter.

O plano de governo possui flexibilidade e pontos de avaliação para as despesas municipais? Como é feito?

Existe flexibilidade de gestão e procura por novas estratégias para gestão pública. Não foi observado um programa de avaliação das despesas municipais. No entanto, a preocupação da prefeitura municipal de Almirante Tamandaré era a perda de receita, oriunda do FPM, pelo

fato da recontagem da população feita pelo IBGE. Segundo o diretor de urbanismo, a perda na receita chegaria a R\$ 300.000,00 por mês, o que comprometeria os programas municipais.

Outra preocupação em relação ao controle das finanças está em atribuir um CNPJ próprio para a secretaria de saúde, pois demanda maior controle, pois representou em 2005, 17,98% dos gastos municipais. Além do controle de gastos, a gestão municipal deseja fazer uma descrição de função para os responsáveis pela saúde.

Já para as escolas de ensino fundamental, objetivam mudanças na eleição de diretores, porém com grande resistência devido à questão política que envolve cada escola. Da mesma forma, não existe descrição de função para estes diretores.

Em relação ao pessoal administrativo, também falta descrição de cargos e salários, o que dificulta um controle orçamentário maior. Para este caso, a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré pretende realizar um concurso para corrigir parcialmente o problema.

3.4. Relação entre crescimento econômico e finanças municipais

A Região Metropolitana de Curitiba é constituída por municípios com diferenças estruturais significativas, com receitas próprias diferenciadas e alguns com alta dependência das transferências correntes. Por outro lado, a CF88 definiu uma quantidade maior de competências municipais e a LRF dificultou a prática da renúncia fiscal, influenciando no orçamento municipal.

Além das questões legais, o governo, por sua formação intrínseca, possui papel fundamental no que diz respeito à criação de mecanismos que proporcionem o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma sociedade. Por meio destes mecanismos, impulsionados pelos avanços em comunicação e informática, o governo pode estabelecer políticas com o objetivo de proporcionar melhorias econômicas na região e finalmente, bem-estar social (MUSGRAVE, 1974; LONGO; TROSTER, 1993; FILELLINI, 1989; RIANI, 1997; GIAMBIAGI, 2000; REZENDE, 2001; REZENDE; CASTOR, 2006).

Neste cenário encontram-se os bens e serviços públicos, pois se caracterizam como um direito do cidadão, de forma que a privação da liberdade elementar em utilizá-los vincula-se estreitamente com a carência destes serviços (SEN, 2000).

Portanto, uma estratégia governamental para possibilitar uma melhor gestão financeira no ambiente municipal (com o objetivo de aumentar a arrecadação), se inicia pelo estímulo à expansão dos fatores de produção pelo setor privado e o uso, com sinergia e integração, dos instrumentos administrativos pela administração pública direta.

Sob esta argumentação, a gestão das finanças municipais pode contribuir para o crescimento econômico, com desejável distribuição da renda, de acesso a bens e serviços públicos, contribuindo para elevar a qualidade de vida da população (WESSELS, 1998; FROYEN, 2001; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; MANKIW, 2005).

Neste sentido, a gestão das finanças municipais quando se utiliza da análise de indicadores sócio-econômicos, pode proporcionar a atração de capital externo para novos investimentos, para fortalecer as atividades econômicas existentes e para fornecimento de bens e serviços públicos.

A atração de capital externo é uma estratégia para suprir a deficiência da poupança interna (capital financeiro acumulado pelos agentes econômicos internos ao município) quando esta não possui volume necessário para fazer frente aos investimentos em novas atividades econômicas e em fornecimento de bens e serviços públicos internos ao município.

Para justificar o processo de atração de capital externo, parte-se do conceito de Base de Exportação, de Douglas North (SHWARTZMAN, 1975). Este conceito nada mais é do que a exploração das potencialidades de uma determinada região, para auferir receitas por meio da exportação de produtos.

Neste processo há uma tendência de difusão dos efeitos, pois empresas de apoio ao setor exportador tendem a ser formadas na região. Além destas empresas, outros setores também são aquecidos devido ao aumento do fluxo circular de renda interno a região. Portanto, uma exploração consciente pode contribuir para atrair novos investimentos.

No entanto, em função da condição ambiental do município, existem restrições em relação a possíveis atividades econômicas que podem ser desenvolvidas no município de Almirante Tamandaré (PMAT; FGV, 2006; IPARDES; UFPR, 2006).

Com o objetivo de envolver os setores público e privado, pode-se inferir que o caminho na direção de atrair investimentos para aquisição de bens de capital, de conhecimentos específicos e serviços, deve possuir regras claras e não programáticas, às quais as instituições podem ou não estar capacitadas a seguir.

Para lograr êxito no processo, há necessidade de integração entre a firma, a sociedade civil e o poder público municipal, onde a estratégia escolhida depende do bom uso de ferramentas de gestão, da capacidade gerencial e da habilidade dos gestores, funcionários, servidores e cidadãos, em trabalhar com inovação em relação à oferta de produtos e/ou serviços e suas diversificações.

Partindo desta análise, Boisier (1996) passa a sugerir elementos necessários como a construção de um instrumental novo com idéias, metodologia e técnicas que sejam capazes de responder mais efetivamente às questões normativas e de controle que surgem no plano regional.

É importante entender que as demandas da região, vão além do aspecto econômico e precisam de um entendimento amplo e diverso. De outro lado, é importante entender que as políticas globais não são neutras, ou seja, dizer que elas não apresentam consequências sobre as regiões é omitir este ponto. Ao contrário, tais políticas atingem direta ou indiretamente as regiões, e por isso é importante a participação dos planejadores regionais na política global.

Na tentativa de planejar em nível regional, é possível identificar macroparâmetros que são simultaneamente as características básicas do meio sóciopolítico e os “graus de liberdade” (BOISIER, 1996) das propostas de crescimento regional, por meio de análise de indicadores econômicos e de finanças municipais.

O estudo destes indicadores de crescimento regional considera como atores, de um lado o município como figura jurídica do setor público e, por outro, a região com suas características geográficas e sociais, com diversidades de ordem política, econômica e social (BOISIER, 1996).

Esta argumentação sobre o crescimento de uma região, no longo prazo, depende da interação de três processos: a participação relativa da região no uso dos recursos nacionais (transferências correntes e verbas de projetos), isto é, no processo de alocação e compensação regional dos recursos; o impacto que o quadro global da política econômica tem sobre a região, do qual dependerá o dinamismo ou a estagnação do crescimento regional em função de suas interações econômicas; a capacidade de organização social da região (BOISIER, 1996). Neste caso, a falta de conhecimento da região pela população, inclusive dos gestores, estabelece limitantes para formulação de políticas públicas de crescimento econômico, de acordo com o Diretor de Planejamento Urbano de Almirante Tamandaré,

É, portanto, de grande importância o peso que se atribui à organização social, como um instrumento fundamental, para poder aspirar a um determinado crescimento regional sustentado pelos próprios beneficiados: a população da região.

Esta capacidade de organização social deverá sustentar-se em quatro pontos básicos: a qualidade, capacidade e identidade das autoridades políticas locais com a região; a qualidade do estado tecnológico regional; a existência de uma classe empresarial dinâmica e identificada com a região; a eficiência de uma rede de agrupamentos ou estruturas sócio-regionais. É neste sentido que o plano diretor municipal foi formulado, porém ainda que de forma programática.

Portanto, alocar e compensar recursos significa estabelecer um fator inicial na tentativa de planificação no crescimento regional. O nível de alocação de recursos de uma região serve para se ter uma idéia clara de seu estado de crescimento, que por sua vez depende de seu produto interno bruto. As regiões que contam com alguma base industrial e urbana são minimizadoras de custos de oportunidade na atração de investimentos e na concentração de recursos.

De outro lado, este processo seleciona as regiões por peso e prioridade econômica com ênfase no seu desenvolvimento industrial, além da utilização eficiente de capital, da utilização de economias externas e da participação do governo como fornecedor de infra-estrutura e administrador dos incentivos financeiros para atrair as indústrias. Embora a atividade industrial e de serviços de Almirante Tamandaré sejam responsáveis por 49,87% e 45,94%, respectivamente, do PIB municipal, 53% da população economicamente ativa trabalha em outras cidades, caracterizando o município como cidade dormitório, refletindo no fluxo circular de renda municipal (IPARDES, 2008^a; PMAT, 2007).

Do ponto de vista institucional, o PDM prevê a instalação do novo centro cívico, que deve aproximar as instituições públicas e privadas, com o objetivo de facilitar o processo de poupança, investimento e disponibilidade de infra-estrutura.

Em resumo, a alocação de recursos deve ser consistente, posto que as taxas de crescimento das regiões sejam interdependentes e, em muitos casos, tais recursos devem ser alocados de maneira a impedir uma deterioração dos níveis absolutos do produto ou da renda regional per capita. Portanto, a função principal do planejamento regional - enquanto mecanismo de alocação de recursos - consiste em manter a coerência do quadro global e em identificar os canais por meio dos quais derivam os recursos, em pauta, as finanças municipais.

Como as políticas econômicas afetam a região, percebidas por meio da análise de indicadores econômicos e de finanças públicas, parece existir uma defasagem entre a percepção destes indicadores e o entendimento de uma estratégia adequada para atacá-los. O PDM trata das questões municipais, partindo do pressuposto de homogeneidade para as condições de produção e de consumo e, portanto, da renda para determinar possíveis políticas de gestão municipal. Sob esta ótica, as políticas homogêneas teriam efeitos negativos sobre as diferentes localidades da região (urbano e rural), especialmente se esta conta com especificidades locais.

Portanto, se o impacto das políticas municipais sobre a região for diferenciado, será uma questão básica para o planejamento regional determinar o grau de igualdade ou desigualdade da região com o espaço global e depois determinar uma política de compensação adequada.

Neste sentido, a realização de uma política municipal de fortalecimento dos pequenos negócios e para geração de futuros empreendimentos, pode começar com a adoção de medidas simples e de baixo custo. Por exemplo, um processo iniciado na educação fundamental de reconhecimento do município e o estabelecimento de uma agenda municipal, que possibilite a existência de horários para receber os empresários locais.

Uma forma ativa deste processo partiria da ação municipal em procurar esses empresários, para conhecer e debater os problemas que enfrentam, para identificar suas necessidades e angariar sugestões de como solucionar estas carências. A identificação destas necessidades ajuda o poder público a atuar em conjunto com o setor privado para propor soluções.

Esta atividade pode ser estendida de forma a prospectar e identificar potenciais empreendedores, que também pode ser de grande utilidade para a região e incentivá-los por meio de programas de incubadoras. As limitações destas ações permeiam pelos aspectos políticos e pela restrição financeira municipal.

4. CONCLUSÃO

A mobilidade e territorialidade regional, em função da evolução da comunicação e da informática, têm influenciado a dinamicidade das relações sociais e técnicas nos municípios. A autonomia municipal, a partir da CF88, propôs uma nova atitude no executivo dos municípios e, por conseguinte, do legislativo e judiciário.

Vale dizer que, pela LRF, os municípios possuem responsabilidade legal perante suas ações. Neste cenário, atitudes que tendam promover crescimento econômico, devem passar pela análise de custo-benefício e posteriormente pela análise de custo-eficiência, sendo que a primeira estabelece as prioridades das ações e a segunda, a viabilidade financeira. Assim, o estudo das variáveis permitirá verificar a integração das ações municipais na consecução de projetos que viabilizem, ou pelo menos, dêem condições de que um processo de desenvolvimento econômico seja iniciado.

A mobilidade e territorialidade regional, em função da evolução da comunicação e da informática, têm influenciado a dinamicidade das relações sociais e técnicas nos municípios. A autonomia municipal, a partir da CF88, propôs uma nova atitude no executivo dos municípios e, por conseguinte, do legislativo e judiciário. Vale dizer que, pela LRF, os municípios possuem responsabilidade legal perante suas ações. Neste cenário, atitudes que tendam promover uma gestão transparente das finanças municipais, devem passar pela análise de custo-benefício e posteriormente pela análise de custo-eficiência, sendo que a primeira estabelece as prioridades das ações e a segunda, a viabilidade financeira. Assim, o estudo das variáveis permitirá verificar a integração das ações municipais na consecução de projetos que viabilizem, ou pelo menos, dêem condições de que um processo de desenvolvimento econômico seja iniciado.

Foi observado que o município possui legitimidade e capacidade de estabelecer mecanismos para intervenção, promoção e sustentação do crescimento econômico, considerando aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos (CLEMENTE; HIGACHI, 2000; KUPFER; ASENCLEVER, 2002, MARINI, 2003).

Verificou-se que no município estudado, houve crescimento econômico, de acordo com a leitura dos indicadores analisados. Por outro lado, verificou-se que os indicadores propostos não são analisados para melhorar as finanças municipais. O gestor municipal considera a influência política em detrimento dos indicadores de crescimento econômico local e de finanças municipais, para a formulação do planejamento da gestão municipal.

Não foi possível verificar a influência dos indicadores de finanças municipais sobre os de crescimento econômico, como resultado do crescimento local. Entretanto, percebeu o contrário, quando houve crescimento local, os indicadores de finanças públicas melhoraram.

As contribuições estão direcionadas ao transbordamento do conhecimento obtido relacionado à interação entre as ações municipais e a avaliação dos indicadores. O método adotado pode

contribuir para um melhor aparelhamento, no que diz respeito à instrumentalização estratégica do gestor municipal.

A identificação e análise dos indicadores de crescimento econômico e de finanças municipais podem permitir, aos municípios, uma melhor avaliação dos planos a serem executados para proporcionar um crescimento econômico nas regiões pesquisadas.

Para a academia, este trabalho pode resultar em um método para consecução de pesquisas futuras, onde a avaliação de resultados de vários casos pode resultar em modelo didático, no que diz respeito ao processo de pesquisa. Na percepção acadêmica, os diagnósticos e as análises tornam-se cada vez mais relevantes, na medida em que novas ferramentas e novas visões enriquecem a bibliografia vinculada.

Para o município de Almirante Tamandaré, a análise dos indicadores de finanças municipais, pode gerar um entendimento das facilidades relacionadas ao planejamento municipal, uma vez que a avaliação dos indicadores revela a necessidade de elaboração de programas de inovação, relacionada à atividade econômica e à gestão municipal.

A limitação deste estudo está na forma metodológica, pois se trata de estudo de caso único e o processo de amadurecimento deve transcorrer durante a elaboração de mais pesquisas de campo. Outra limitação relevante é a indisponibilidade de dados atualizados para a avaliação e análise. Neste sentido, a esperança é que os gestores municipais colaborem para a consecução desta pesquisa e facilitem o acesso a dados, que normalmente não são disponibilizados ao público.

O próprio procedimento de pesquisa e análise obrigará a estabelecer um processo de avaliação e análise, que se modificará a medida que novas informações sejam apresentadas.

Tratando-se da administração municipal, a inserção de variáveis como análise de risco, em função do estudo das ações atualmente estabelecidas e das variáveis que condicionam o crescimento econômico local e regional, uma nova mentalidade de gestão pode ser alcançada, gerando a necessidade de realizar planejamento estratégico cada vez mais especializado.

Além dos aspectos legais, é de interesse deste pesquisador entender quais os fundamentos que possibilitam a estratégia desenvolvida pelo gestor do município. A pretensão é de que, a análise dos indicadores econômicos e de finanças públicas, possibilite diferenciar ações elaboradas para o ambiente urbano das elaboradas para o ambiente rural, com a devida identificação do nexo causal.

No cenário avaliado, onde o município está inserido, exige uma observância entre as ações governamentais e as restrições legais a elas impostas. As inovações tecnológicas, tanto científicas como de gestão, remetem ao administrador municipal, a necessidade de constante aperfeiçoamento nas práticas de gestão e planejamento, em função das novas ferramentas disponibilizadas.

Fica então caracterizado que o gestor municipal age para melhor atender as expectativas municipais, mostrando seu desejo em realizar integração entre as instituições locais para proporcionar o crescimento econômico local.

Neste sentido, durante a observação dos indicadores, se percebeu que houve melhora quantitativa na economia e nas finanças municipais, embora a observação de tais indicadores não tenha sido feita pelo município.

Percebeu-se ainda uma preocupação com a preservação do meio ambiente, em relação ao pedido de licenças ambientais. Finalmente, a análise dos indicadores possibilitou identificar o crescimento econômico e a melhora das finanças municipais, embora estas não evidenciem

influência sobre o crescimento. A característica é de mais ações externas ao município do que ações internas.

A conscientização deste fato já é um ponto de partida para que os gestores percebam a necessidade de utilizar novas ferramentas. Mas para tal, o governo, em conjunto com as instituições privadas e sociais, precisa criar mecanismos, investimentos e assessorias para facilitar e propiciar condições necessárias ao crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

BOISIER, Sergio. **Desenvolvimento regional e urbano**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

BOISIER, Sergio. **El difícil arte de hacer region**: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco, CBC, 1992.

BOISIER, Sergio. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa preta e o projeto político. Planejamento e Políticas Públicas. nº 13, junho de 1996.

BOISIER, Sergio. **Política económica, organización social y desarrollo regional**. Santiago de Chile: ILPES, 1980. (Caderno ILPES, 29).

BRITO, Paulo. **Análise e viabilidade de projetos de investimento**. São Paulo: Atlas, 2003.

CÂMARA. **Lei 101 de 2000**: Lei de responsabilidade fiscal. Brasília: Congresso Nacional, 2000. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br/lrf/resultado2.asp?ente=3795&uf=PR&data_base=2005&periodo=7&quadro=desppes> acesso em 10out2007.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Estatuto da cidade**: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo Perspec. [online]. out./dez. 2001, vol.15, no.4 [citado 26 Março 2005], p.130-135. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400014&lng=pt&nrm=iso>, acesso em 17set2007.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

DALY, Herman E. **Crescimento sustentável? Não obrigado**. *Ambiente & Sociedade*, jul.-dez; año/vol. 7, número 002. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Campinas, Brasil, 2004, pp. 197-201.

FEIJÓ, Carmem Aparecida. **Contabilidade Social**: O novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: campus, 2001.

FILELLINI, Alfredo. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1989.

FREY, Klaus. **Governança Urbana e Participação Pública**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28, 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia Duarte. **Finanças Públicas**: Teoria e Prática no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: campus, 2000.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

IPARDES. **Base de Dados**: BDE. Disponível em < www.ipardes.gov.br >, acesso em 02jan2008.

IPARDES; UFPR. **Planos Regionais**: desenvolvimento estratégico estado do Paraná – PRDE. Convênio Paraná cidades, IPARDES e UFPR. Curitiba: SEDU, 2006.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

- LONGO, Carlos A.; TROSTER, Roberto L. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1993.
- MACGUGAN, James R.; MOYER, R. Charles; HARRIS, Frederick H. de B. **Economia de empresas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. São paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- MARINI, Caio. **Gestão Pública: O debate contemporâneo**. Fundação Luís Eduardo Magalhães. **Cadernos FLEM**, 7. Salvador: FLEM, 2003. 104p.
- MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MUSGRAVE, R. A. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1974.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 1997.
- PINDICK, Robert S., RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PMAT; FGV. **Plano Diretor de Almirante Tamandaré: diagnóstico**. Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré: PMAT, 2006.
- PMBOK. **Project Management Body of Knowledge**. Disponível em: <<http://www.pmimg.org.br>>. Versão 2000. Acesso em 18set2000.
- RATTNER, Henrique. **Planejamento e bem-estar social**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.
- REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- RICHARDSON, Harry W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Trad. Fausto Guimarães Cupertino. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- RÍOS, Mario Alberto Gaviria; SIERRA, Hedmann Alberto Sierra. **Lecturas sobre Crecimiento Económico Regional**. Disponível em: < www.eumed.net/libros/2005/mgr/ >, acesso em 04jul2006.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, Antônio R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 168 p.
- SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR – CETEDRA – MINTEI - UFMG, 1977.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Edna L.; MENEZES Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WESSELS, Walter J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 1988.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005. 212 p.